

WASHINGTON NOVAES

## Os paradoxos das mudanças climáticas

**T**alvez não haja outro campo da atividade humana tão marcado pelo paradoxo quanto o das mudanças climáticas. Quanto mais graves as notícias sobre as consequências das nossas emissões de poluentes – aquecimento do planeta, derretimento de geleiras, elevação do nível dos oceanos, morte das florestas, disseminação de doenças, etc. –, melhores as perspectivas de que se consigam implementar acordos que levem à redução dessas emissões. De certa forma, é o que está acontecendo.

Diz o Centro Hadley, de Berkshire, que a terra está-se aquecendo muito mais rápido do que se previa e o aumento – já em torno de 1 grau centígrado – pode chegar a 8 graus no final do século 21; as florestas tropicais, já afetadas, poderão até desaparecer; a temperatura na Europa vai subir mais rapidamente do que se pensava (Estado, 5/11/99). Já um estudo da Universidade East Anglia (Estado, 20/10/99) assegura que Brasil, Argentina, América Central e Espanha “estão entre as regiões que sofrerão os efeitos mais devastadores do aquecimento da Terra nos próximos anos”. Pantanal e Amazônia são alguns dos pontos mais suscetíveis a incêndios e secas. Outro relatório, denominado *Geo-200*, feito pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, também alerta para o panorama sombrio do próximo século, se se mantiverem as tendên-



**No próximo século, a questão ambiental deve ocupar o centro da geopolítica**

cias atuais.

Estranho que possa parecer, tudo isso deixou mais otimistas diplomatas e outros negociadores da Convenção sobre Mudanças Climáticas, que se reuniram na semana passada em Bonn, na quinta reunião da Conferência das Partes. As informações que ali circularam asseguram que o próximo relatório do

Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, cientistas de 150 países), que começará a circular informalmente no começo do ano 2000 e será apresentado oficialmente no ano seguinte, confirma essas informações sobre a influência das ações humanas no aumento da temperatura da Terra, assim como as perspectivas de progressão do problema, se não se reverterem as tendências.

O nó da questão está na repartição dos ônus indispensáveis para mudar as tendências. Calcula-se que reduzir uma tonelada nas emissões de carbono custe entre US\$ 100 e US\$ 200. E isso representará um custo entre US\$ 90 bilhões e US\$ 180 bilhões para os países industrializados, que se comprometeram em Kyoto, 1997, a baixar em 5,2% suas emissões, calculadas sobre o nível de 1990. Só para os EUA, significarão entre US\$ 30 bilhões e US\$ 60 bilhões. Ou muito mais, já que o estudo do Centro Hadley considera pífios os resultados que teria essa redução para frear o aumento da temperatura da Terra. Mas nem isso quebra as

resistências do Senado norte-americano, que se recusa a aceitar a ratificação do Protocolo de Kyoto (só 16 países ratificaram; para entrar em vigor, precisa de pelo menos 55 países, incluídos os industrializados, que respondem por 55% das emissões totais).

Os negociadores brasileiros saíram otimistas de Bonn, porque um dos temas que mais interessam ao País – o dos mecanismos de desenvolvimento limpo –, a seu ver, evoluiu bastante. Ele permitirá aos industrializados financiar em outros países projetos que reduzam a emissão de gases e descontar de seu inventário próprio as quantias reduzidas. Em Bonn, foi autorizada a junção num só documento das três propostas de solução para as divergências, consideradas “menores que as convergências”. As decisões serão na próxima reunião, no ano que vem, em Haia.

Já se sabe que será indispensável a aprovação de uma auditoria internacional dos projetos. Também não há divergência importante quanto à aceitação de projetos de plantio de florestas, desde que o manejo sustentável (corte parcial das árvores) assegure, ao longo do tempo, um saldo expressivo na absorção de carbono.

O Brasil defende não apenas esse tipo de projeto – principalmente plantio em áreas já desmatadas da floresta amazônica – como buscará, na expressão do ministro Ronaldo Sardenberg, em Bonn, “reconhecimento internacional para nosso esforço de proteção da floresta”, ou seja, alguma forma de créditos ou pagamentos pela conservação da floresta. Aí o problema é mais complicado. Argumenta-se que isso não seria possível,

porque existem ainda cerca de 1,7 bilhão de hectares de florestas tropicais, que evitam a emissão de cerca de 100 toneladas de carbono por hectare, no total 170 bilhões de toneladas; o Protocolo de Kyoto prevê uma redução de 5,2% nas emissões sobre os níveis de 1990; ou seja, pelos níveis atuais, uma redução equivalente a 0,7% das emissões que as florestas evitam. Como considerar, nesse caso, as florestas e pagar US\$ 100 por tonelada? Contra-argumento: o que acontecerá se as florestas desaparecerem? E por que a conservação deve caber apenas aos países onde elas se encontram? De qualquer forma, vai-se esperar pela opinião do relatório do IPCC.

A proposta brasileira de calcular a responsabilidade de cada país diretamente no aumento da temperatura da Terra – considerando emissões históricas e atuais – continua em estudo, mas considerando também a elevação no nível dos oceanos e a velocidade do aumento da temperatura.

Com todas as dificuldades, o tema das mudanças climáticas é o que mais confirma a tese de que a questão ambiental tende a ocupar, no próximo século, o centro da geopolítica, principalmente em função das áreas de energia e biodiversidade. É o que diz o mais recente relatório da OCDE sobre as tendências a longo prazo da economia mundial. Confirma também as teses do economista Nicholas Georgescu-Roegen, comentadas pelo professor José Eli da Veiga (Estado, 2/10/99), de que a economia atual será considerada um dia um restrito e incipiente ramo da ecologia.

■ Washington Novaes é jornalista  
E-mail: novaes@international.com.br